

Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Público

(Turma 6 – Abril/2017)

TURMAS

Formato	Curso	Turma
Presencial (Sala Estúdio Liberdade)	11696	05425
Telepresencial (inscrição na Unidade Damásio)	11698	05426
Online (inscrição na Unidade Damásio)	11699	05427

SOBRE O CURSO

O curso tem por objetivo o estudo aprofundado dos principais temas que permeiam o Direito Público Contemporâneo, com uma abordagem teórica e também prática. Ao invés de apenas privilegiar o aprofundamento teórico, buscará fornecer elementos de vivência prática.

Ao final do curso o aluno terá uma visão abrangente e clara dos princípios e regras aplicáveis a cada temática estudada, possibilitando a sua atuação na solução de problemas teóricos e práticos. Em síntese, trata-se de um curso moderno que busca desenvolver e capacitar os alunos para a vida profissional seja como agente público ou como atuante perante os Órgãos Governamentais.

IMPORTANTE: Para que o aluno tenha mais informações sobre a organização do curso e sobre as suas obrigações como pós-graduando, se faz imprescindível a leitura do MANUAL DO ALUNO, disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

PERÍODO

Presencial e Telepresencial
de 28/04/2017 a 26/10/2018
Matrículas até: dia 12/05/2017

Online
de 01/05/2017 a 29/10/2018
Matrículas até: dia 15/05/2017

DIAS e HORÁRIOS

Presencial e Telepresencial
às sextas-feiras
das 19h00 às 22h40

Online
às segundas-feiras
até às 18h00

CONTEÚDO

Disciplinas, Temas e Carga-Horária

MÓDULOS		
Disciplinas	Temas	Carga-horária
Direito Administrativo (abril/2017)	Ato Administrativo. Regime Jurídico Administrativo e Princípios. Licitação I. Licitação II. Contratos Administrativos. Servidores. Entidades da Administração Pública. Serviços Públicos.	70 horas
Direito Tributário e Financeiro (agosto/2017)	Sistema tributário, princípios e imunidades. Conceito de Tributo, classificação e espécie. Planejamento da ação governamental: PPA, LDO e LOA. Competências em matéria tributária: União, estados e municípios. Obrigação tributária: generalidades, sujeição ativa e passiva. Lei de Responsabilidade Fiscal. Tribunal de Contas. Processo Judicial Tributário – Execução e cobrança de dívida ativa.	70 horas
Direito Ambiental e Urbanístico (outubro/2017)	O direito à cidade e o direito à moradia. Direito urbanístico: conceito e princípios. Tratamento Constitucional sobre a política urbana e a ordem ambiental. Funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Princípios do Direito Ambiental. Proteção constitucional do meio ambiente. Direito-dever fundamental ao ambiente. Competência constitucional em matéria ambiental. Política. Desapropriação. Responsabilidade civil, administrativa e penal por dano ambiental. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Regularização Fundiária: conceitos e fundamentos. Regularização Fundiária de interesse social e interesse específico. Estatuto da Cidade (Lei no 10.257/2001). Planos Diretores e Instrumentos de Planejamento Urbano. Código Florestal Brasileiro. Área de Preservação Permanente. Reserva Legal. Instrumentos de gestão democrática das cidades: audiências, consultas públicas, conselhos e conferências.	70 horas
Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional (fevereiro/2018)	O Estado de direito e a separação de poderes. Competências constitucionais. Direitos e garantias fundamentais na Constituição de 1988. Forma de Governo, Forma de Estado e Regime de governo. Direitos Políticos. Controle de constitucionalidade. Ações constitucionais. Organização dos Poderes.	70 horas
Metodologia do Trabalho Científico (online)	Monografia. Estrutura da Monografia. Elementos pré-textuais: Capa. Lombada. Folha De Rosto. Errata. Folha De Aprovação. Dedicatória. Agradecimentos. Citação ou Epígrafe. Declaração de isenção de responsabilidade. Resumo em português. Resumo em língua estrangeira. Lista de ilustrações. Lista de abreviaturas, siglas ou símbolos. Sumário. Elementos textuais: Introdução. Desenvolvimento do trabalho – capítulos ou seções. Conclusão. Elementos pós-textuais: Referências. Glossário.	50 horas
Didática do Ensino Superior (online)	Princípios da andragogia. Variáveis na aprendizagem. O professor universitário. Características do professor eficaz. O estudante universitário. Relação professor-estudante. Estratégias facilitadoras da aprendizagem. Planejando aulas. Avaliação de conteúdo. Avaliações inadequadas. Correção. Educação à distância e o uso de novas tecnologias. Equívocos. Aulas expositivas.	50 horas
TOTAL		380 horas

(*) Cronograma de aulas/temas sujeitos à alteração.

CORPO DOCENTE

Direção, Coordenação e Professores

DIRETOR PEDAGÓGICO

Pedro Regazzo

COORDENADORES

Coordenador Científico

José Eduardo Cardozo

Mestre pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUCSP. Doutorando em Direito do Estado pela Universidade de São. Doutorando em Administración, Hacienda y Justiça en el Estado Social pela Universidade de Salamanca – Espanha.

Coordenador Pedagógico

Alessandro Soares

Advogado. Graduado em Direito pela Universidade Mackenzie – UPM. Mestre e doutorando em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Doutorando em Administración, Hacienda y Justiça en el Estado Social pela Universidade de Salamanca – Espanha.

PROFESSORES

Alessandro Soares

Advogado. Graduado em Direito pela Universidade Mackenzie – UPM. Mestre e doutorando em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Doutorando em Administración, Hacienda y Justiça en el Estado Social pela Universidade de Salamanca – Espanha.

Alexandre Levin

Mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Procurador do Município de São Paulo.

Alvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga

Pós Doutor em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e pós-doutorando pela Universidade de Coimbra. Doutor, mestre e graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP.

André Castro Carvalho

Mestre e Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP.

Angélica Petian

Especialista, Mestre e doutoranda pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

Anis Kfourir Jr.

Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Diretor Executivo da CAASP. Presidente da Comissão de Fiscalização da Qualidade do Serviço Público da OAB/SP. Conselheiro da Associação Comercial de São Paulo – SUDESTE. Conselheiro de Tributos da Cidade de São Paulo. Advogado.

Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto

Doutor em Direito pela PUC/SP (1998). Mestre em Direito pela PUC/SP (1982). Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal entre os anos de 2003 a 2012, presidindo a Corte Suprema e o Conselho Nacional de Justiça durante o período de 19 de abril de 2012 a 16 de novembro de 2012, data de sua aposentação. Presidiu, também, o Tribunal Superior Eleitoral no período de 06 de maio de 2008 a 22 de abril de 2010. Presidente do Conselho Superior do Instituto Innovare.

Cassio Scarpinella Bueno

Livre-Docente, Doutor e Mestre pela PUC/SP. Professor da Faculdade de Direito da PUC/SP. Advogado.

Christianne Stroppa

Mestre pela PUC/SP.

Debora Sotto

Procuradora do Município de São Paulo. Doutora em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). Mestre em Direito do Estado - Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Mestre Profissional em Direito Internacional do Meio Ambiente pela Universidade de Limoges (2011).

Elisaide Trevisan

Doutoranda em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestre em Direitos Humanos; Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho; Colaboradora administrativa da Federação Nacional dos Pós-Graduandos em Direito – FEPODI; Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação e membro do Núcleo Docente Estruturante da Escola Paulista de Direito – EPD; Pesquisadora nas áreas de Direitos Humanos e Filosofia do Direito; Autora de livro e de vários artigos na área de Direitos Humanos.

Enrique Ricardo Lewandowski

Livre-Docente, Doutor e Mestre pela FDUSP. Master of Arts em Relações Internacionais pela Fletcher School of Law and Diplomacy, da Tufts University, administrada em cooperação com a Harvard University, nos Estados Unidos. Professor Titular de Teoria do Estado da FDUSP. Foi Desembargador do TJSP. Ministro do STF. Presidente do TSE.

Erika Bechara

Doutora em Direito Ambiental, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito Ambiental, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Flávio de Leão Bastos Pereira

Doutorando em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie (2014), possui mestrado em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2002). Professor de Direito Constitucional da Universidade Presbiteriana Mackenzie, orientador de monografias de conclusão de curso e de iniciação científica, coordenador do Grupo de Estudos em Neoconstitucionalismo e Direitos Fundamentais, com o Professor Doutor Bruno Lorencini. Membro do Grupo de Pesquisa: Conflitos Armados, Massacres e Genocídios/CNPQ da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no qual coordena a linha de pesquisa: Crimes de Guerra e a Atuação do Tribunal Penal Internacional. Membro da Inter-American Bar Association. Coordenador da subcomissão de agentes do Estado da Comissão Municipal da Verdade do Município de Osasco, São Paulo (2014/2015). Participou com o Núcleo de Estudos em Direito Internacional, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, do II Nuremberg Moot Court, promovido pela Academia Internacional dos Princípios de Nuremberg. Egresso do "International Institute For Genocide and Human Rights Studies" (Zoryan Institute), da University of Toronto; (Canada), Class of 2014, onde ministrou aula sobre o genocídio dos povos indígenas do Brasil. Pesquisador no grupo de pesquisa Arqueologia da Repressão e da Resistência da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/CNPQ). Co-fundador do Observatório Constitucional Latinoamericano - OCLA.

Flávio Martins

Mestre em Direito pela UNESA-RJ. Professor de Direito Constitucional e Processual Penal do Damásio Educacional.

Florence Haret

Doutora em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo (2010).

Irene Patrícia Nohara

Livre-Docente (USP, 2012). Doutora em Direito do Estado da Faculdade de Direito da USP (2006). Mestre na área de Direito do Estado da Faculdade de Direito da USP (2002).

Isabela Bonfá de Jesus

Doutora (2012) e Mestre (2007) em Direito Tributário pela PUC/SP. Juíza Contribuinte do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo (TIT/SP).

José Eduardo Cardozo

Mestre pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUCSP. Doutorando em Direito do Estado pela Universidade de São. Doutorando em Administración, Hacienda y Justicia en el Estado Social pela Universidade de Salamanca – Espanha.

José Maurício Conti

Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo (1995). Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (2000). Livre-docente pela Universidade de São Paulo (2005).

Leandro Matsumota

Mestre. Especialista em Direito Público. Advogado Geral do Município de Guarujá.

Lilian Barros de Oliveira Almeida

Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Direito Público - IDP. Advogada da União.

Luciana Andrea Accorsi Berardi

Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. Superintendente de Assessoria da Presidência da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo – CET.

Luís Manuel Fonseca Pires

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Juiz de Direito no Estado de São Paulo.

Marcelo Galante

Advogado.

Márcia Pelegrini

Mestre e Doutora em Direito do Estado pela Universidade Católica de São Paulo (1996 e 2008). Procuradora do Município.

Márcia Walquiria Batista dos Santos

Doutora em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (1999). Ocupou o cargo de Procuradora Chefe da Consultoria Jurídica da Universidade de São Paulo, por dois anos.

Mariana Levy Piza Fontes

Mestre em Direito Urbanístico Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010).

Marina Faraco Siqueira e Silva

Mestre (2010) e Doutoranda em Direito Constitucional pela PUC/SP. Coordenadora do Juizado Especial Cível da Faculdade de Direito da PUC/SP. Membro da Comissão de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo - OAB/SP, e da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas - ABCD, Seção Brasileira do Instituto Iberoamericano de Derecho Constitucional. Coordenadora Editorial da Revista Brasileira de Estudos Constitucionais - RBEC (Editora Fórum). Advogada.

Nathaly Campitelli Roque

Pós-doutora pela Universidade Clássica de Lisboa (2013). Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005) Procuradora do Município de São Paulo.

Patricia André de Camargo Ferraz

Mestre em Direito Constitucional. Registradora em Diadema/SP.

Pedro Dallari

Professor Titular de Direito Internacional do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP), é Diretor do IRI-USP desde 2014. Graduado em Direito (1981) pela Faculdade de Direito (FD) da USP e em Administração de Empresas (1984) pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), obteve os títulos de Mestre (1992), Doutor (1999) e Livre-Docente (2009) em Direito Internacional na FD-USP. Desde 2002 é professor na USP, tendo ingressado na FD e se transferido, em 2013, para o IRI, em decorrência da aprovação em concurso para Professor Titular. Exerce na USP, entre outras, as atribuições de diretor do IRI, coordenador do Centro Ibero-americano (CIBA-USP) e membro da Comissão de Direitos Humanos. Com intensa atividade pública no Brasil e no exterior, exerceu mandatos parlamentares entre 1989 e 1999. De 2004 a 2008, foi juiz e presidente do Tribunal Administrativo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). De 2013 a 2014, foi membro e coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Atualmente, é membro do Conselho Diretor do Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). Autor de livros e artigos nas áreas de Direito Internacional e Relações Internacionais, desenvolve atividades de pesquisa relacionadas à evolução do Direito Internacional no contexto do processo de globalização e na perspectiva da configuração de mecanismos de governança internacional.

Ricardo Marcondes Martins

Doutor em Direito do Estado, Subárea de Direito Administrativo, pela PUC-SP (2011). Mestre em Direito do Estado, Subárea de Direito Administrativo, pela PUC-SP (2007). Procurador do Município de São Paulo e advogado em São Paulo.

Sabrina Durigon Marques

Mestre pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP

Silvio Almeida

Advogado, professor universitário, doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito (USP), bacharel em Filosofia (USP), consultor técnico da Federação Quilombola do Estado de São Paulo, especialista em Direito Empresarial e Terceiro Setor.

Tatiana Robles Seferjan

Mestre e Doutoranda em Direito do Estado na Universidade de São Paulo.

Weder de Oliveira

Pós-graduado em Economia (George Washington University) e em Engenharia de Produção de Petróleo (UFBA/Petrobras). Ministro-Substituto do Tribunal de Contas da União.

(*) Corpo Docente sujeito à alteração.

DIFERENCIAIS

- ✓ Material pré-aula;
- ✓ Atividades pós-aula para o aprofundamento do que foi tratado;
- ✓ Duração de 12 meses + período de Orientação e entrega de Monografia;
- ✓ Aulas com os maiores expoentes do Direito Público;
- ✓ Pergunte ao professor;
- ✓ Certificado de Conclusão emitido pela Faculdade Damásio, por força da Portaria MEC n. 921/2002 e da Portaria MEC n. 324/2013.
- ✓ Para os matriculados no formato *online*:
 - As aulas ficarão disponíveis durante todo o curso;
 - Os alunos poderão assistir as aulas em qualquer horário até o término do curso.

REQUISITOS MÍNIMOS

Ingresso no Curso

O aluno deve ter **colado grau até o dia 20/04/2017 (quinta-feira)** e deverá apresentar os seguintes documentos:

- **Cópias autenticadas:** RG (*), CPF, Certidão de Nascimento ou Casamento, Diploma de Graduação (frente e verso) ou Certidão de Colação de Grau (**) e Histórico Escolar;
- **Cópia simples:** Comprovante de residência;
- **Originais:** 1 (uma) foto 3x4 atual e Currículo profissional atualizado.

(*) A cópia autenticada da Carteira da OAB é aceita em substituição à do RG. A cópia da CNH não é permitida em virtude da falta de dados necessários.

(**) A Certidão de Colação de Grau é aceita apenas para fins de matrícula, sendo indispensável o Diploma de Graduação, para certificação ao final do curso.

✓ A documentação deve ser enviada para a Secretaria Acadêmica, junto com 1 (uma) via do contrato, impreterivelmente, até o dia **29/05/2017 (segunda-feira)**.

✓ Os documentos mencionados, acima, devem ser recebidos e enviados pela Unidade de Apoio para o seguinte endereço: A/C Secretaria Acadêmica – Rua da Glória, 195 – Liberdade - São Paulo/SP – CEP: 01510-001.

Acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA

- ✓ Conexão Internet 1mbps;
- ✓ Navegadores, Internet Explorer versão 10 ou superior, Chrome versão 29.0.1547 ou superior. Compatível com Iphone e Ipad;
- ✓ **Não** compatível com Firefox e Android;
- ✓ Plug-In Flash Player versão 11.8 ou superior;
- ✓ Adobe Acrobat Reader.